

A ampliação da auto-reflexão da consciência: Kant e sua influência sobre a fenomenologia transcendental de Edmund Husserl

*Carlos Diógenes Côrtes Tourinho**

Resumo: A ampliação da idéia de “auto-reflexão da consciência” assume um importante papel na fenomenologia transcendental. O exercício do método adotado pela fenomenologia desloca a atenção para a auto-reflexão transcendental *dentro* da qual e *a partir* da qual os objetos seriam apreendidos e constituídos intuitivamente. Deparamo-nos, então, com uma reflexividade empírica e com uma reflexividade transcendental. Tal ampliação desta auto-reflexão da consciência remete-nos para a influência que a leitura de Kant exercerá, na primeira década do século XX, sobre o projeto filosófico husserliano. Remete-nos para a distinção que Kant nos apresenta entre “apercepção empírica” (ou “psicológica”) e “apercepção transcendental”.

Palavras-chave: apercepção; Edmund; fenomenologia transcendental; Husserl; idealismo transcendental; Immanuel Kant.

Abstract: The enlargement of the idea of “self-reflection of consciousness” plays an important role in transcendental phenomenology. The exercise method adopted by phenomenology shifts attention to the transcendental self-reflection within which and from which the objects were seized and constituted intuitively. We see then with a reflectivity empirical and a transcendental reflexivity. This enlargement of self-reflection of consciousness brings us to the influence that reading Kant exercise in the first decade of the twentieth century on Husserl's philosophical project. Leads us to the distinction between Kant presents us with "empirical apperception"(or "psychological") and "transcendental apperception".

Keywords: apperception; Edmund Husserl; Immanuel Kant; transcendental idealism; transcendental phenomenology.

Pode-se dizer que a ampliação da idéia de “auto-reflexão da consciência” assume um papel de suma importância no projeto da fenomenologia

* Professor de Filosofia da Faculdade de Educação da UFF e do curso de Mestrado em Filosofia da Universidade Federal Fluminense. *E-mail:* cdctourinho@yahoo.com.br. Artigo recebido em 04.05.2011, aprovado em 10.12.2011.

transcendental. Afinal, a fenomenologia – tal como Husserl a concebe – somente se tornou possível por uma superação do que poderíamos chamar de uma “fenomenologia meramente empírica” da consciência. O exercício generalizado da *epoché* promove a colocação entre parênteses não apenas do mundo natural, transcendente à consciência, mas também do sujeito empírico (ou psicológico) – o homem como ente psico-físico situado em meio a outros entes mundanos, objeto de estudo da ciência psicológica – bem como de suas vivências. Portanto, para além de uma reflexividade meramente psicológica, o exercício da estratégia metodológica adotada pela fenomenologia promoveria o deslocamento da atenção para a esfera de uma auto-reflexão transcendental *dentro* da qual e *a partir* da qual os objetos – enquanto idealidades meramente significativas – seriam apreendidos e constituídos intuitivamente. Deparamo-nos, então, com uma reflexividade empírica e com uma reflexividade transcendental. Tal ampliação desta auto-reflexão da consciência remete-nos, em Husserl, para a influência que a leitura de Kant exercerá, sobretudo, a partir da primeira década do século XX, sobre o projeto filosófico husserliano. Mais precisamente, remete-nos para a distinção que Kant nos apresenta, na primeira e segunda edições da *Crítica da Razão Pura*, entre “apercepção empírica” (ou “psicológica”) e “apercepção transcendental”.

De acordo com Kant, na edição A da *Crítica*, a consciência de si mesmo, segundo as determinações do nosso estado na percepção interna, é chamada habitualmente de *apercepção empírica* ou *sentido interno*. Trata-se de uma consciência meramente empírica, sempre mutável; nela, não pode dar-se nenhum eu fixo ou permanente neste rio de fenômenos internos. Já a *apercepção transcendental* refere-se àquilo que deve ser necessariamente representado como numericamente idêntico, como algo que *não pode ser pensado* como tal, por meio de dados empíricos. Trata-se de uma condição que irá preceder toda a experiência, tornando-a possível, validando, com isso, um pressuposto transcendental (Kant, [1781] 1994, A 107, p. 147). Para Kant, não podemos nos referir a conhecimentos, ligação e unidade desses conhecimentos entre si, se não pressupusermos aquela unidade de consciência que precede “todos os dados das intuições e em relação à qual é somente possível toda a representação de objetos” (Kant, [1781] 1994, A 107, p. 148). Kant designa, então, esta consciência pura, originária e imutável – que precede e torna possível o conhecimento – por *apercepção*

transcendental. A consciência originária e necessária da identidade de si mesmo é, ao mesmo tempo, uma consciência de uma unidade da síntese de todos os fenômenos segundo conceitos (Kant, [1781] 1994, A 108, p. 149). Portanto, todos os fenômenos – na medida em que por eles nos devem ser dados objetos – têm de estar, na experiência, submetidos às condições da unidade necessária da apercepção.

Na edição B da “Dedução”, que passa a ter como título “Dedução transcendental dos conceitos puros do entendimento”, Kant volta a fazer considerações sobre as duas formas de apercepção, conferindo uma atenção especial à apercepção transcendental. Nessa edição, a ênfase sobre os modos de síntese e seu relacionamento no tempo – estabelecida na primeira edição – é minimizada em favor de um tratamento da ligação em geral com a “representação da unidade *sintética* do múltiplo”. Kant começa o § 15 da segunda edição da “Dedução” afirmando-nos que o diverso das representações nos é fornecido por uma intuição sensível, isto é, por uma intuição “que não seja mais do que receptividade” (Kant, [1787] 1994, B 130, p. 129). Neste sentido, adverte-nos Kant, a ligação de um diverso não pode advir-nos dos sentidos. Esta ligação é antes um ato de espontaneidade da faculdade de representação, mais precisamente, um ato do entendimento que recebe, segundo Kant, o nome genérico de *síntese*. Entre todas as representações, a *ligação* é a única que não nos pode ser dada pelos objetos, mas realizada unicamente pelo próprio sujeito, na medida em que tal ligação é um ato da sua espontaneidade. *Ligação* é, para Kant, “a representação da unidade *sintética* do diverso”. A combinação de conceito e intuição no conhecimento requer uma unidade que não é conceitual, isto é, uma unidade que “precede *a priori* todos os conceitos de ligação” (Kant, [1787] 1994, B 131, p. 131). A unidade que permite formular juízos tem que ser procurada “mais alto ainda”, “no que já contém o fundamento da unidade de conceitos diversos nos juízos e, por conseguinte, da possibilidade do entendimento, mesmo no seu uso lógico” (Kant, [1787] 1994, B 131, p. 131). Tal unidade deve encontrar-se na *apercepção transcendental* ou “princípio supremo de todo o conhecimento humano” (Kant, [1787] 1994, B 135, p. 134).

Kant começa o § 16 da edição B ressaltando que o *eu penso* da apercepção transcendental deve poder acompanhar todas as minhas representações; caso contrário, as representações não poderiam ser pensadas

em mim, o que equivaleria a dizer que as representações seriam impossíveis ou nada seriam para mim. A representação que pode ser dada antes de qualquer pensamento chama-se *intuição*. Mas, para que esta representação possa ser pensada, faz-se necessário que o diverso da intuição possua uma relação necessária à representação *eu penso*, no mesmo sujeito em que esse diverso se encontra (Kant, [1787] 1994, B 132, p. 131). Esta representação é, segundo Kant, um ato da *espontaneidade*, que não pertence à sensibilidade e nem lhe está vinculada. Mais precisamente, tal representação é o produto de uma *apercepção pura* ou *apercepção originária*, a saber, “aquela autoconsciência que, ao produzir a representação *eu penso*... não pode ser acompanhada por nenhuma outra representação ulterior” (Kant, [1787] 1994, B 132, p. 132). Trata-se, então, de uma representação originária que irá acompanhar todas as demais representações, não podendo, com isso, ser precedida por qualquer outra representação. A unidade desta representação, isto é, do *eu penso* aperceptivo, receberá o nome de *unidade transcendental da autoconsciência*. As diversas representações que nos são dadas em determinada intuição, não seriam todas representações *minhas* se não pertencessem em sua totalidade a uma autoconsciência. A unidade sintética do diverso das intuições, na medida em que nos é dada *a priori*, pode ser concebida como o princípio da identidade da própria apercepção, princípio esse que precede *a priori* todo o *meu* pensamento. A ligação não está, porém, nos objetos, nem tampouco pode ser extraída deles por meio de nossas percepções; trata-se antes de uma atividade do entendimento, que nada mais é do que a capacidade de ligar *a priori* e submeter o diverso das representações à unidade da apercepção. Segundo Kant, eis o princípio supremo de todo o conhecimento humano (Kant, [1787] 1994, B 135, p. 134).

Em sua ampliação do conceito de “apercepção”, Kant fala-nos, então, da “apercepção empírica” (ou “sentido interno”), a consciência empírica que acompanha diferentes representações é em si mesma dispersa e sem referência à identidade do sujeito (Kant, [1787] 1994, B 133, p. 132). Trata-se de uma consciência episódica, momentânea e, portanto, contingente. Em um momento, eu exerço um ato empírico de autoconsciência, acompanhando uma dada representação, em outro momento, eu não mais exerço este ato. Portanto, a consciência empírica, tal como as representações que ela acompanha, não apresenta qualquer

unidade. Já a “apercepção transcendental” é aquela consciência de si que, embora gerando a representação *eu penso* (que deve ser capaz de acompanhar todas as outras representações e que em toda consciência é uma só e mesma coisa), não pode fazer-se acompanhar de qualquer outra representação (Kant, [1787] 1994, B 132, p. 132). Conforme vimos, a unidade dessa representação, isto é, a unidade do *eu penso* aperceptivo recebe, segundo Kant, a designação de “unidade transcendental da autoconsciência”, condição e acompanhamento da experiência, embora tal unidade não seja ela própria um possível objeto de experiência. O *eu penso* da apercepção transcendental permite que as intuições sejam consideradas objetos do conhecimento, além de ser a condição para a sua síntese pelo entendimento. Pode-se dizer, então, que o *eu penso* da apercepção transcendental permite que as intuições pertençam a um sujeito e lhe sejam proporcionadas para a combinação através do juízo. A apercepção transcendental tem, portanto, uma importância crucial na filosofia crítica de Kant.

Tal ampliação da idéia de “apercepção”, da qual resulta a distinção entre uma “autoconsciência empírica” (ou “psicológica”) e uma “autoconsciência transcendental”, encontra-se, para a fenomenologia, diretamente ligada às influências que a leitura de Kant exerceu sobre o pensamento husserliano, sobretudo, a partir de 1907. Conforme nos lembra o editor alemão das “Cinco Lições”: “Husserl, nesta época, ocupou-se detidamente de Kant; desta ocupação veio-lhe a idéia da fenomenologia como filosofia transcendental, como idealismo transcendental...”¹. No § 57 de *Idéias I*, tais influências kantianas se fazem notar, a partir do momento em que Husserl nos descreve o lugar reservado, bem como o papel exercido pelo *eu puro* (ou transcendental) no fluxo dos vividos. Uma vez colocados “fora de circuito” o mundo natural e o homem enquanto ser natural (ou “ente psicofísico”), uma vez exercida a redução fenomenológica, afirma-nos Husserl que, nos vividos que permaneceram como resíduo desta redução (como “resíduo transcendental”), tomando a forma explícita do *cogito*, neles não encontramos o *eu puro* em parte alguma, nem como um vivido entre outros, nem tampouco como parte própria de um vivido qualquer. Apesar

¹Conferir a Introdução do Editor Alemão (Walter Biemel) ao texto das “Cinco Lições”. Lovaine, Setembro de 1947.

disso, afirma-nos que, nos diversos vividos, este mesmo *eu puro* “parece estar ali de maneira constante e até necessária” (Husserl, [1913] 1950, p. 189). Em cada vivido que chega e se escoia, o olhar deste *eu puro* se dirige ao objeto “através” (*durch*) de cada *cogito* atual. “O raio de luz desse olhar (*Blickstrahl*) muda a cada *cogito*, iluminando-se de novo a cada novo *cogito* e desaparecendo junto com ele” (Husserl, [1913] 1950, p. 189). O *eu puro*, porém, adverte-nos Husserl, “permanece idêntico”. Husserl deixa-nos claro que, em princípio, toda *cogitatio* pode variar, pode ir e vir; em contrapartida, o *eu puro* parece ser algo *necessário* por princípio e, na medida em que é absolutamente idêntico em toda mudança real ou possível dos vividos, ele não pode, *em sentido algum, ser tomado por parte ou momento real* dos próprios vividos. Em linguagem kantiana, Husserl afirma-nos, então, a propósito do papel exercido por este “eu penso” transcendental, que: “O ‘*eu penso*’ deve poder acompanhar todas as minhas representações” (Husserl, [1913] 1950, p. 190). Trata-se, portanto, de um *eu penso* que não flui com as suas vivências (antes sim, as acompanha permanentemente), fato que ressalta a oposição e, ao mesmo tempo, a união entre este *eu puro* e as vivências nas quais permanece o mesmo. Nos termos do § 23 de *Idéias II*, Husserl afirma-nos que: “O *cogito*, com todos os seus elementos constitutivos, nasce ou morre no fluxo das vivências. Mas o sujeito puro não nasce nem morre” (Husserl, *Idéias II*, § 23. Fragata, J. 1956, p. 126).

Husserl chama-nos a atenção para o fato de que este *eu puro* (contínuo e permanente, absolutamente idêntico) – por ser, por princípio, *diferente* dos diversos vividos no qual se apresenta – pode ser concebido como uma *transcendência original* (do tipo “não constituída”), “uma *transcendência no seio da imanência*” (Husserl, [1913] 1950, p. 190). Aqui, deparamo-nos com um terceiro emprego do conceito de “transcendente” em Husserl.

Inicialmente, como estratégia metodológica para o alcance das evidências apodíticas, condição para o ideal husserliano de fundamentação da filosofia como “ciência rigorosa”, o exercício da *epoché* – o exercício da “suspensão de juízo” em relação à posição de existência das coisas – se lança sobre tudo o que é transcendente, no sentido do que se encontra *fora* da vivência intelectual (eis o primeiro sentido do que vem a ser o “transcendente” para Husserl). Com o exercício da *epoché*, abstemo-nos de tecer considerações acerca da existência ou não existência das coisas

mundanas. Nos termos de Husserl, promovo a “colocação da atitude natural entre parênteses”, a facticidade do mundo fica “fora de circuito”. Desloco, com isso, a atenção para o que se revela no interior da *cogitatio*. A atenção é deslocada para o que é vivenciado por mim enquanto “sujeito empírico”. Encontro-me continuamente como alguém que percebe, representa, pensa, sente, deseja, etc (Husserl, [1913] 1950, p. 92). Portanto, a atenção é deslocada do que é “transcendente” (no sentido do que está *fora* da minha vivência cognoscitiva) para o que é “imanente” (para o que se revela *dentro* da minha vivência). Há aqui uma espécie de “redução psicológica” que promove a passagem do que é transcendente (do que se encontra “fora de mim”) para o domínio de uma imanência que poderíamos chamar de “imanência real” (ou psicológica), ou seja, para o que se revela em mim, a partir das minhas vivências, enquanto sujeito empírico. Em outras palavras, posso duvidar da posição de existência do que se encontra fora de mim; só não posso duvidar de que estou tendo esta vivência no exato momento em que ela ocorre. Eis o que Husserl designará, na segunda lição de *A Idéia da Fenomenologia*, sob o nome de “evidência da *cogitatio*” (Husserl, [1907] 1997, p. 57), uma evidência cuja certeza é equivalente à certeza *cogito* em Descartes, isto é, a certeza de que posso duvidar de tudo; só não posso duvidar de que, ao duvidar, penso e de que, ao pensar, no sentido mais amplo de pensamento, existo como uma “coisa pensante” (Descartes, [1641] 1987, pp. 18-19).

Mas Husserl – impulsionado pelo projeto de fundamentação da filosofia como ciência rigorosa – vai além da evidência da *cogitatio* e, nesse sentido, pode-se dizer que ele vai além de Descartes, ao generalizar a suspensão de juízo, afirmando-nos que mesmo a nossa vivência psicológica deverá cair sob o golpe da *epoché* fenomenológica, pois tal vivência é a vivência de um “sujeito empírico” – de um ente psicofísico, objeto de estudo da ciência psicológica – e, portanto, encontra-se inserido em meio a outros entes mundanos, submetido, da mesma forma, a uma dimensão espaço-temporal. A vida psíquica de que trata a Psicologia, sempre se concebeu e é concebida como vida psíquica *no mundo*. “Eu sou – eu, o homem real – um objeto natural (real) como os outros objetos inseridos no mundo natural” (Husserl, [1913] 1950, p. 106). Sendo assim, Husserl defende o exercício generalizado da *epoché* em relação aos fatos, ao eu psicológico que os vivencia e as próprias vivências desse eu. Tal radicalização

da *epoché* é motivada pela exigência de que a imanência – enquanto “imanência psicológica” e, portanto, considerada como “acontecimento real” (*reales Vorkommnis*) – fosse despojada de todo o resquício de transcendência que em si mesma pudesse ainda conservar. O transcendente será entendido agora não como o que se encontra fora da consciência empírica, mas sim, como o domínio de onde não se pode eliminar por inteiro a possibilidade da dúvida em relação à posição de existência das coisas e do próprio eu que as vivencia enquanto o sujeito empírico dessas vivências. O transcendente passa a ser, portanto, entendido como fonte de dúvidas e de incertezas, porém, abrangendo agora o eu empírico em sua relação com o mundo natural. Husserl pergunta-nos, então, ao elevar a *epoché* fenomenológica a um grau máximo de radicalização, no parágrafo 33 de *Idéias I*: “*O que pode, pois, restar, se o mundo inteiro é posto fora de circuito, incluindo nós mesmos com todo nosso cogitare?*” (Husserl, [1913] 1950, p. 106).

A serviço desta tal reflexividade radical própria da atitude fenomenológica, a *epoché* fenomenológica proporcionará, em seu exercício generalizado, o deslocamento da atenção, inicialmente voltada para os fatos contingentes do mundo natural, para o domínio de uma subjetividade transcendental, “...domínio absolutamente autônomo do ser puramente subjetivo...” (Husserl, [1924] 1970, p. 321), dentro da qual e a partir da qual os “fenômenos” – enquanto idealidades puras – se revelarão como “evidências absolutas” para uma consciência transcendental, dotada da capacidade de ver verdadeiramente estes fenômenos tal como se apresentam em sua plena evidência. Trata-se, como o próprio Husserl insiste em ressaltar, em diferentes momentos de sua obra, de um “puro ver” (*reinen Schauen*) das coisas. Ainda nos termos do § 35 de *Idéias I*, trata-se “...não exatamente e meramente do olhar físico, mas do ‘olhar do espírito’...” (Husserl, [1913] 1950, p. 113). Nas “Cinco Lições”, Husserl nos diz: “*A fenomenologia procede elucidando visualmente, determinando e distinguindo o sentido...Mas tudo no puro ver*” (Husserl, [1907] 1997, p. 87). Em suma, a fenomenologia prescindirá de tecer considerações acerca da posição de existência das coisas mundanas para direcionar, então, a atenção para os “fenômenos”, tal como se revelam (ou como se mostram), em sua pureza irrefutável, na auto-reflexão da consciência transcendental. Nos termos de

Husserl, atingimos assim o “ego cogito” verdadeiramente radical, somente inteligível na sua explicitação plena “ego-cogito-*cogitatum*”.

Tal consciência pura (ou transcendental), dirá Husserl, será no fundo uma consciência “originária doadora de sentido”. Quando pensamos a relação desta consciência pura com os seus objetos (que rigorosamente falando, nada mais são do que “conteúdos intencionais da consciência”), pensamos primeiramente em uma relação de imanência (não mais em uma “imanência psicológica”, mas em uma “autêntica imanência”, domínio de uma claridade absoluta, do dar-se em si mesmo), pois, o objeto – na sua versão reduzida, agora entendido como “fenômeno puro” – se revela de forma absoluta e imediata *na* consciência transcendental. Mas, nesta mesma relação entre a consciência e o seu objeto, pensamos também em uma relação de “transcendência”, pois, este mesmo objeto que se revela na consciência requer, enquanto objeto de pensamento, uma atribuição de sentido, de um sentido constituído por essa mesma consciência. A partir do modo de consideração transcendental, poderíamos, então, dizer que, na relação intencional da consciência pura com o seu objeto, há uma relação da ordem de uma “transcendência na imanência”. A fenomenologia transcendental será, então, uma fenomenologia da consciência constituinte: “...disciplina *puramente descritiva* que explora o campo da consciência transcendentalmente pura *à luz da intuição pura*” (Husserl, [1913] 1950, p. 195). Exercer a *epoché* é reduzir à consciência transcendental. Se pela *epoché* o objeto se reduz à consciência transcendental, essa mesma redução, porque não desfaz a alteridade sujeito-objeto, implica em uma constituição do objeto, tornando o mesmo uma espécie de “transcendência na imanência”. Tal redução do objeto à consciência transcendental, na medida em que não desfaz a relação entre sujeito e objeto, antes sim, revela uma dimensão nova dessa relação, impede que a verdadeira objetividade desapareça. Apesar da imanência, o objeto intencionado não perde, em sua versão reduzida, a sua *alteridade*. Aqui, deparamo-nos, então, com um terceiro emprego do conceito de “transcendente” em Husserl. O objeto visado se revela, em sua versão reduzida, *na e para a* consciência intencional. Ainda assim, o objeto não se confunde com ela. Esquemáticamente, a relação entre o objeto e o ato intencional poderia, então, ser descrita da seguinte forma: **b** (*cogitatum*) se revela *em a* (*cogito*) e *a partir de a*; no entanto, **b** é diferente de **a**. Portanto, as coisas intencionadas, apesar de não serem os atos de

pensamento, constituem-se contudo nesses atos, tornando-se presentes neles mesmos.

Vale ressaltar, uma vez mais, que tal “transcendência na imanência” assume uma certa polarização, pois, com tal transcendência, Husserl se refere, na maior parte das vezes, ao objeto que, na sua versão reduzida, nada mais é do que um conteúdo intencional da consciência. Trata-se aí, do objeto como “coisa pensada” (*cogitatum*), apreendido e constituído intuitivamente na esfera da subjetividade transcendental. Mas, conforme Husserl nos diz no § 57 de *Idéias I*, o outro polo desta relação, o *eu puro* – presença permanente, constante e necessária no fluxo dos vividos – é também um tipo de “transcendência na imanência”. Porém, uma “transcendência original”, pois, ao contrário do *cogitatum*, o *eu puro* é uma transcendência “não constituída”, uma vez que é dele que parte o olhar que se dirige ao objeto visado através de cada *cogito* atual. A idéia husserliana de uma “transcendência na imanência” remete-nos, então, para uma polaridade que coloca, de um lado, o objeto constituído e, de outro lado, o *eu puro* que o visa por meio do *cogito*. Trata-se, em tal relação, de uma relação de “oposição” e, ao mesmo tempo, de “união”, uma vez que tais polos são indissociáveis na esfera da subjetividade transcendental.

Apesar de tais influências kantianas no que se refere à doutrina do *eu puro*, Husserl apresenta-nos uma concepção própria do que seja o “transcendental”. Para Kant, o “transcendental” remete-nos para o que não deriva da experiência e, portanto, para o que não pode ser tomado em termos de dados empíricos, não deixando, contudo, de estar relacionado à própria experiência como condição de possibilidade do legítimo conhecimento: “Transcendental significa possibilidade ou uso *a priori* do conhecimento” (Kant, [1781/1787] 1994, A 56/ B 80, p. 92). Daí Kant afirmar-nos: “Chamo *transcendental* a todo o conhecimento que em geral se ocupa menos dos objetos, que do nosso modo de conhecê-los, na medida em que este deve ser possível *a priori*” (Kant, [1781] 1994, A 12, p. 53). Já em Husserl, o transcendental refere-se não à possibilidade do legítimo conhecimento, mas ao próprio domínio do conhecimento, domínio de uma autêntica objetividade, do “dar-se em si mesmo” das coisas em sua doação originária (Fragata, 1956, p. 85). Ainda assim, vale lembrar que, no curso das “Cinco Lições”, Husserl emprega correntemente a palavra “imanente”, ao invés de “transcendental”. Porém, trata-se não de uma “imanência

psicológica”, mas sim, de uma “autêntica imanência”, domínio do “dar-se em si mesmo” das coisas em sua doação originária.

Diferentemente de Kant, para quem há um prejuízo ontológico do fenômeno em relação à coisa em si, de modo que “...nenhum objeto em si mesmo nos é conhecido...” Kant, [1781/1787] 1994, A 30/ B 45, p. 70), para a fenomenologia transcendental de Husserl, a redução fenomenológica viabiliza a intuição do fenômeno na sua pureza, enquanto um dado absoluto que se revela *na e para* a consciência pura, prescindindo de tecer considerações acerca da posição de existência dos entes mundanos, acerca do mundo revelado em sua facticidade. Neste sentido, pode-se dizer que, para Husserl, a reflexividade de tal consciência pura (ou transcendental) é capaz de atingir intuitivamente uma evidênciação apodítica acerca daquilo que toma como seu “objeto”, a coisa em sua “doação originária”, revelada “em pessoa”. Na autêntica imanência da subjetividade transcendental, aquilo que *aparece* e aquilo que *é* não mais se distinguem.

Portanto, sem negar qualquer relação a um mundo exterior, Husserl considera o fenômeno na sua pureza absoluta como aparecimento em si mesmo, isto é, como a própria coisa simplesmente enquanto revelada à consciência. Portanto, esse fenômeno será puro ou absoluto, cabendo à investigação fenomenológica – tomada por sua ânsia de clarificação – analisar o sentido íntimo da coisa que se atualiza intencionalmente no pensamento, explicitando as significações que se encontram aí virtualmente implicadas, bem como as diferentes modalidades de aparecimento (modalidades do “dar-se”) desta mesma coisa intencionada na consciência.

Se a leitura da filosofia crítica de Kant exerceu um papel importante nos rumos da fenomenologia transcendental, faz-se necessário ressaltar que, na virada para o século XX, a crítica de Husserl ao psicologismo do último quarto do século XIX representaria, nos “Prolegômenos” de suas *Investigações Lógicas*, um primeiro passo decisivo na discussão sobre a questão dos fundamentos que, por sua vez, conduziria à necessidade de se redimensionar o lugar reservado à experiência nesta discussão. Tal fato representou, sob certos aspectos, uma ruptura com os ensinamentos de Brentano (de quem Husserl assistiu, entre 1884 e 1886, os cursos na Universidade de Viena).

O próprio Husserl se vê, no início do século XX, diante da tarefa de superar a psicologia empírica de Brentano. Porém, a motivação dessa

superação não é exatamente a mesma que impulsionou, a partir dos *Prolegômenos*, o ataque aos equívocos naturalistas dos psicólogos experimentais do último quarto do século XIX. Tal motivação encontra-se, sobretudo, a partir das “Cinco Lições” de 1907, ligada à necessidade de se distinguir uma fenomenologia meramente empírica da consciência de uma fenomenologia transcendental. O próprio Husserl especifica, em um manuscrito de 1907, que, de certo modo, as *Investigações Lógicas* ainda faziam a fenomenologia passar por uma “psicologia descritiva”. Ele próprio afirma-nos, porém, que o mais importante seria distinguir esta psicologia descritiva (entendida como “fenomenologia empírica”) da fenomenologia transcendental². Tal exigência começa, então, a se consolidar a partir do momento em que Husserl se entretém com a leitura de Kant, buscando inspiração para a idéia da fenomenologia como “filosofia transcendental”, fato do qual resultou, na história da filosofia contemporânea, o anúncio de um novo idealismo transcendental no início do século XX.

Referências

- BRENTANO, F. *Psychology from an Empirical Standpoint*. London: Routledge & Kegan Paul, ([1874] 1973).
- DESCARTES, R. *Les Méditations Métaphysiques*. Paris: Bordas, ([1641] 1987).
- FRAGATA Sj, J. *A Fenomenologia de Husserl como fundamento da filosofia*. Braga: Livraria Cruz, 1956.
- HUSSERL, E. *Recherches logiques. Tome 1: Prolegomènes à la logique pure*. Collection Epiméthée. Paris: PUF ([1900] 1959).
- _____. *L'idée de la phénoménologie. Cinq leçons*. Collection Epiméthée. Paris: PUF, ([1907] 1997).
- _____. *Idées directrices pour une phénoménologie et une philosophie phénoménologique pures (Tome Premier)*. Paris: Gallimard, ([1913] 1950).
- _____. “Kant et l'idée de la Philosophie Transcendantale”. In: *Philosophie première 1923-1924, 1 : Histoire critique des idées*. Appendice. Collection Epiméthée. Paris: PUF, ([1924] 1970).
- KANT, I. *Crítica da Razão Pura*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, ([1781/1787] 1994).

² O manuscrito (Setembro de 1907, B II 1) é citado por Walter Biemel no texto de apresentação à edição alemã das “Cinco Lições”. Lovaine, Setembro de 1947, p. IX.